



## Rodrigo Haidar: ConJur, a voz da defesa e a análise técnica

*João Mestieri é professor adjunto da PUC do Rio. É também o advogado que ocupa a cadeira 16 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Foi consultor de tribunais americanos durante décadas. Mas tem outro motivo pra eu ter ido atrás do professor João Mestieri: uma entrevista que ele deu 20 anos atrás pro site **Consultor Jurídico**, um dos mais respeitados sobre Direito.*

Spacca



Spacca

O parágrafo acima é do jornalista Chico Felitti, nos primeiros minutos do sétimo episódio do podcast [A Mulher da Casa Abandonada](#), a sensação jornalística do momento no Brasil. Não à toa. Se ainda não ouviu, ouça. Vale! Como tudo em que Felitti botou a mão nos últimos anos — reportagens, livros ou podcasts — você sairá da experiência melhor do que entrou.

É isso que acontece também com quem digita [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br) no teclado ou clica em um link que recebe do site. Há 25 anos, você sai da internet melhor do que entrou depois de acessar o **ConJur**. Mais informado, mais curioso, mais inconformado e, às vezes, também mais bravo ao ler neste site textos que, em regra, ganham pouco ou nenhum espaço nos canais tradicionais de imprensa: os argumentos da defesa.

O **ConJur** leva a sério essa vocação que, se diga, não surgiu de uma hora para a outra. Foi construída no caminhar, à medida em que o site interagia de forma mais próxima com seu leitor e descobria, com muitos erros e acertos, qual a lacuna a preencher para se tornar indispensável como veículo de comunicação.

Muitas vezes essa vocação não é bem compreendida, mas ela é objetiva. Não tem lado e dela não se abre mão. Basta verificar a publicação de entrevistas longas e com semelhante destaque de advogados tão antagônicos quanto o sóbrio e técnico Cristiano Zanin Martins, principal defensor do ex-presidente Lula, e o exaltado Frederick Wassef, que defende o presidente Jair Bolsonaro.



---

Particpei de uma fatia importante da formação dessa identidade. Estava lá nos primeiros passos do site, em 1997. Entre idas e vindas, tive quatro passagens que somam quase 14 anos de trabalho no **ConJur**. Fui estagiário, repórter, editor, chefe de redação, correspondente em Brasília e sigo colaborador eventual. Escrevi sobre parte dessa trajetória quando o site completou 15 anos ([Da internet discada à banda larga, criando notícia jurídica](#)).

Há dois pontos na história do site que creio cruciais para que esse caminho tão bem definido hoje fosse conquistado. O primeiro em 2004, quando o **ConJur** revelou que uma denúncia apresentada à Justiça pelo procurador da República Luiz Francisco de Souza havia sido escrita no computador de um adversário do denunciado ([Luiz Francisco usou arquivo de empresa para gerar denúncia](#)).

Todos sabemos que fontes do Ministério Público são importantes para alimentar o noticiário e que muitos jornalistas não usam, com as fontes do MP, a mesma régua com que medem outras autoridades e atores do mundo político. Ao decidir, ali, revelar que algo não cheirava bem no trabalho do MPF e inverter a expectativa da notícia — de denunciante o procurador teve que se explicar — o site construiu seu primeiro alicerce fundamental.

O segundo alicerce veio pouco menos de um ano depois, quando este então editor tratou uma notícia técnica em um site especializado como se estivesse noticiando uma curiosidade em um site de notícias de fofoca. A manchete que usamos era algo como "Supremo tranca ação penal contra Roberto Justus". O foco foi o empresário e apresentador de TV.

Notícia no ar, um repórter atende o telefone fixo da redação — sim, há uns 15 anos ainda usávamos telefones fixos. Do outro lado da linha, um advogado nos perguntava o motivo de omitirmos o fato mais importante da notícia. Afinal, o Supremo havia, excepcionalmente, superado a Súmula 691 da Corte e, mais, a sessão teve um debate sobre se essa súmula, inimiga preferencial da advocacia, deveria ser cancelada ou mantida.

Ali o site percebeu que falava para um público específico, segmentado, que esperava algo mais técnico, mais analítico. A lógica da imprensa regular, do *mainstream*, não servia ao **ConJur**. Nasceu o segundo compromisso, o de atender ao público que faz o site ser o que é. A notícia, claro, foi corrigida e trouxe como chamada [STF mantém súmula 691, mas suspende ação penal contra empresário](#).

A soma desses dois focos é que faz o site ser essa referência contínua e um repositório essencial do debate jurídico no País. É o que faz com que, ao se perguntar, afinal, por que a Justiça não alcançou Margarida Bonetti — ou a mulher da casa abandonada — Chico Felitti caia no **ConJur** e descubra o professor Mestieri em [uma nota](#). É o que acontece também com todos que pesquisam temas jurídicos nos últimos 25 anos. E é o que deve acontecer ainda nos próximos 25.

## Date Created

26/07/2022